

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

| | |
|--|--|
| Forma da iniciativa: | Projeto de Lei |
| Nº da iniciativa/LEG/sessão: | <u>797/XIV/2.^a</u> |
| Proponente/s: | Cinco Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-Partido Popular (CDS-PP) |
| Título: | Consagra o Direito ao Desligamento, procede à 17.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho |
| A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 2 do art. 167.º da Constituição)? | NÃO. |
| O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)? | SIM |
| Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)? | Não parece justificar-se |
| A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)? | Não. |
| Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões: | Comissão de Trabalho e Segurança Social (10.^a) |
| Conclusão: A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República. | |

Data: 15 de abril de 2021

O assessor parlamentar,

José Filipe Sousa (ext. 11787)